

Câmara vota uso de focinheira em cães e dívida do Camprev de R\$ 337,8 milhões

RAFAEL LIMA/CORREIO DA MANHÃ

Matérias são sobre uso de acessório em cães de grande porte e parcelamento da dívida da previdência

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Campinas vota nesta segunda-feira duas propostas de grande repercussão para a cidade. Em destaque na ordem do dia estão o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 279/25, que altera as regras para a condução de cães em espaços públicos, e o projeto do Executivo referente ao parcelamento da dívida de R\$ 337,8 milhões com o Instituto de Previdência dos Servidores de Campinas (Camprev).

O texto relativo à condução de cães em vias públicas, de autoria do vereador Otto Alejandro, chega ao plenário sob forte acompanhamento de entidades de proteção e especialistas. Segundo fontes da Câmara, a tendência é que o projeto se alinhe à Lei Estadual nº 11.531/2003, prevendo a exigência de focinheira restrita a raças específicas, como Pit Bull, Rottweiler, Mastim Napolitano, American Staffordshire Terrier e suas variações, em vez de um critério genérico baseado unicamente no porte ou peso do



Câmara Municipal vota nesta segunda-feira duas propostas de grande repercussão para a cidade

animal. A preocupação central levantada por médicos-veterinários e pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA) é de que a imposição de focinheira sem critérios técnicos adequados pode causar graves prejuízos à saúde do cão. Como os cães dependem do arfar para realizar a troca térmica e regular a temperatura corporal, a restrição inadequada em dias quentes gera risco real de hipertermia (superaquecimento) e colapso cardiorrespiratório.

“A focinheira colocada de maneira inadequada ou do tipo errado pode causar dificuldade para respirar e impedir o

mecanismo natural de regulação da temperatura corporal. Como os cachorros dependem da respiração acelerada para trocar calor com o ambiente, qualquer equipamento que os impeça de abrir a boca para arfar e se refrescar pode levar o animal a um quadro grave de superaquecimento, estresse físico e mal-estar severo durante o passeio”, explica a diretora do Projeto Adorável Vira Lata Campinas, Marynes Silva.

Além dos riscos fisiológicos, levantamentos de ocorrências mostram que a maioria dos ataques graves decorre de animais mantidos soltos ou sem contenção adequada. A legis-

lação estadual e os códigos de postura municipais já proíbem cães soltos em ruas, praças e parques, estabelecendo que a guarda responsável e a contenção por coleira e guia são deveres diretos do tutor, que responde civil e criminalmente por eventuais danos.

IMPASSE SOBRE CAMPREV

Outro ponto de grande debate na pauta é o projeto que trata do equacionamento do débito previdenciário do município com o Camprev. A matéria motivou divergências entre a oposição e a administração municipal ao longo dos últimos dias.

A vereadora Mariana Conti protocolou um pedido para a retirada do regime de urgência da proposta. A parlamentar argumenta que a discussão sobre R\$ 337,8 milhões exige maior transparência, audiências públicas e debate aprofundado com os servidores municipais antes de ser submetida ao plenário.

Em contrapartida, a Prefeitura nega a ocorrência de prejuízos ao patrimônio do instituto ou aos segurados, defendendo que a tramitação acelerada é necessária para atender a prazos de regulamentação federal e garantir a regularidade fiscal do município.

Exército desclassifica Alphaville e anula leilão de R\$ 494,4 mi da Remonta

Por **Moara Semeghini**

A Fundação Habitacional do Exército (FHE) desclassificou a construtora Alphaville Desenvolvimento Imobiliário do leilão da Fazenda Remonta, uma área de 162 hectares em Valinhos (SP). Com a decisão, anunciada nesta quarta-feira (19), a arrematação do terreno para empreendimento imobiliário foi anulada.

A empresa foi a única participante do certame presencial realizado em 31 de julho de 2026, saindo vencedora ao apresentar proposta de R\$

494,4 milhões. O resultado ocorreu em meio a desdobramentos judiciais já acompanhados pelo Correio da Manhã, quando a construtora arrematou o imóvel sob forte cerco jurídico que travava a posse e os contratos.

A transferência do imóvel já estava proibida por liminares da Justiça Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU) concedidas às vésperas do leilão. A disputa se agravou com a entrada do Ministério Público Federal como coautor em ação civil pública movida por ambientalistas



GABRIEL CELEDON/INATURALIST

Remonta: corredor ecológico crucial para que onça busque novos territórios

para travar a venda.

A inabilitação da Alphaville decorreu do descumprimento de regras do edital. A comissão apontou falta do projeto de loteamento rural, ausência de certidões negativas de falência e de atestados de capacida-

de técnica, além da não apresentação dos balanços de 2024 e 2025 e da não comprovação do Capital Circulante Líquido superior a 16,66% do valor da contratação.

A construtora dispõe de um prazo de 15 dias para

apresentar recurso administrativo. A FHE informou que aguardará o encerramento da fase recursal para submeter a decisão à homologação e ressaltou que ainda não há definição sobre a realização de um novo certame.

Criada pelo Exército em 1938 para criação de cavalos, a fazenda possui 1,62 milhão de metros quadrados (162 hectares). Em 2026, Valinhos declarou a Gleba B patrimônio ambiental, vetando intervenções. O terreno preserva trechos contínuos de Mata Atlântica, nascentes e bacias de drenagem. A área forma um corredor ecológico vital entre a Floresta Estadual Serra d'Água, em Campinas, e a Estação Ecológica de Valinhos, que, além de servir de abrigo, é essencial para a migração de fauna silvestre como o lobo-guará e a onça-parda.